



## A DISCIPLINA DE POLÍTICA EDUCACIONAL EM CURSOS DE PEDAGOGIA: UM ESTUDO PRELIMINAR

Gislaine Macedo Marçal Perão<sup>1</sup> - UNICENTROPR  
Michelle Fernandes Lima<sup>2</sup> - UNICENTROPR

Eixo – Políticas Públicas e Gestão da Educação  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

### Resumo

O trabalho apresenta os resultados da pesquisa que tem como tema central a disciplina de Política Educacional nos cursos de Pedagogia, é vinculada ao Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação (PPGE/UNICENTRO)<sup>3</sup> realizada no âmbito do curso de pedagogia UNICENTRO/Campus Prudentópolis – PR, como requisito para a conclusão do curso. O objetivo da investigação foi identificar a nomenclatura, carga horária e ano de oferta da disciplina de Política Educacional em três cursos de pedagogia de universidades estaduais do Paraná, bem como, verificar os principais desafios encontrados pelos professores em relação a esse campo de estudo. Essa denominação “Política Educacional” surgiu por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. O levantamento e análise de dados ocorreram por meio de pesquisas dos projetos pedagógicos de cursos nos sites dos institucionais e questionário via e-mail aos professores que atuam na disciplina de Política Educacional no curso de Pedagogia. Os principais autores utilizados foram: Stremel e Mainardes (2015), Flach e Masson (2014) e Costa, Muranaka e Borghi (2015) entre outros. A partir da pesquisa realizada podemos observar que a disciplina de Política Educacional é de suma importância na formação de professores, ocupa um espaço obrigatório nos cursos de licenciatura contemplando questões econômicas, políticas, históricas e sociais da educação. Em relação aos dados levantados, identificamos como a disciplina é organizada em outras instituições de ensino superior, a resposta dos professores, apontam para a necessidade de divisão da disciplina em duas etapas, afim, de conseguirem ministrar todo o conteúdo previsto.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Disciplina de Política Educacional. Curso de Pedagogia.

1 Graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO - PR). E-mail: gislainemacedopedagogia@gmail.com.

2 Doutora em Educação e professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação em Educação da Unicentro (IRATI-PR). E-mail: mfernandeslima@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/gepoge/>>. Acesso em: 07 mai. 2017

## Introdução

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do curso de pedagogia (UNICENTRO/Campus Prudentópolis – PR) como requisito para a conclusão do curso e originou – se a partir do desenvolvimento das atividades de monitoria discente na disciplina de Política Educacional – Ensino Fundamental no ano de 2015, além de estar vinculada ao Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação (PPGE/UNICENTRO) na linha de pesquisa Formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais (educação básica e superior).

A disciplina de Política Educacional contempla leis referentes à educação, autores que auxiliam na compreensão da realidade educacional, entre outros. Essa denominação “Política Educacional” surgiu por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Por meio da experiência na monitoria discente e docência dessa disciplina, observamos sua importância na formação de professores, pois possibilita ao acadêmico o conhecimento da legislação educacional, direitos e deveres da população, e auxilia na compreensão dos seguintes temas: funcionamento político do país e das escolas, sistema de Financiamento da Educação, e contexto econômico, político e social do país.

Observamos na monitoria que os alunos possuem certa dificuldade em compreender alguns temas da disciplina, tais como: interpretação e aplicabilidades das leis, compreensão do financiamento da educação, incluindo o FUNDEB<sup>4</sup> e FNDE<sup>5</sup>, adaptação ao conteúdo por ser um assunto nunca antes tratado em sala de aula, compreensão dos autores que estudam o capitalismo e por fim, a quantidade de conteúdos a serem trabalhados.

Devido a essas constatações, buscamos nessa pesquisa, investigar como a disciplina é ofertada em 3 Instituições Estaduais de Ensino Superior do estado do Paraná, identificando o ano de oferta, carga horária, ementa e programa, além disso, informações junto aos professores que ofertam a disciplina de Política Educacional nos cursos de Pedagogia em relação aos principais desafios enquanto docentes desse campo de estudo.

---

<sup>4</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) criado em 2006, é um dos programas que financia a educação brasileira atualmente.

<sup>5</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) controla e financia a educação brasileira.

A justificativa para realização dessa pesquisa se deu pela necessidade de verificar como essa disciplina é apresentada em outros cursos de Pedagogia, visto que os conteúdos são de suma importância para a compreensão do sistema educativo, conseqüentemente para a formação de professores, e oferecer algumas contribuições para possíveis reformulações no projeto pedagógico do curso de Pedagogia.

Para investigar essa problemática percorremos um determinado caminho, no primeiro momento foi realizado um estudo bibliográfico no campo das políticas educacionais tendo como principais autores: Stremel e Mainardes (2015), Flach e Masson (2014) e Costa, Muranaka e Borghi (2015). Além desses autores foram consultados documentos como: ementas e programas relacionados com a disciplina a ser pesquisada, por meio dos sites das instituições.

No segundo momento, como forma de complementar as informações realizamos um levantamento de dados via e-mail com professores que ministram a disciplina de Política Educacional nas instituições pesquisadas, com o intuito de conhecer a posição dos mesmos em relação a essa disciplina.

### **A disciplina de Políticas Educacionais: Apontamentos Iniciais**

De acordo com o verbete de Oliveira (2010) citando alguns autores podemos compreender mais sobre o conceito de política educacional. Van Zanten (2008) define as políticas educacionais como programas ligados à ação governamental, direcionados ao público escolar e implementados pela administração escolar e os profissionais da escola, ou seja, podemos compreendê-la interligada ao Estado. Outro autor citado por Oliveira (2010), Paviglianiti (1993) compreende a política educacional como um estudo das relações de força que busca a direção para o processo educacional e as disputas que ocorrem no interior do Estado.

O Estado segundo Gramsci citado por Sheen (2007) é formado pela sociedade civil e pela sociedade política. A sociedade civil é formada pelo conjunto das organizações que têm como tarefa a elaboração e difusão de determinadas ideologias, alguns exemplos são: escolas, igrejas, sindicatos, etc. A sociedade política é composta pelos mecanismos que a classe dominante utiliza para manter o poder e sua hegemonia, esses mecanismos podem ser os sistemas judiciários e a polícia militar, que agem por meio da lei e da força para alcançar os objetivos dessa sociedade.

De acordo com Sheen (2007), a política educacional se constitui em dois momentos: o processo e o produto. [...] “Há, assim, dois momentos na Política Educacional: o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política.” [...] (SHEEN, 2007, p. 9). O processo se caracteriza pelo ato da lei sendo elaborada e discutida pela sociedade civil, que não é uma sociedade harmônica, portanto, possui diferentes posições a partir de determinados projetos sociais.

Saviani (2008) declara que a política educacional se refere às decisões que o Estado adota em relação à educação. Em seu texto: “Política Educacional Brasileira: limites e perspectiva”, o autor aborda alguns programas relacionados à educação e faz uma crítica aos meios que o Estado utiliza para o ensino escolar, resultando muitas das vezes apenas nos resultados.

Segundo Chervel (1990) apud Junior e Galvão (2005) o termo disciplina como conteúdos de ensino, passou a ser usado nas primeiras décadas do século XX, antes disso até o século XIX era usada para manter a ordem dos estabelecimentos e dos alunos, e ligada ao exercício intelectual, portanto, os termos usados nesse período em relação aos conteúdos de ensino foram: partes, objetos, ramos, ou matérias de ensino.

Após a 1ª Guerra Mundial, que o termo disciplina vai se caracterizar como as matérias de ensino, relacionada com os conteúdos, mas, não perdendo a função de exercitar o intelecto, pois, será acompanhada de métodos e regras. Os autores Costa, Muranaka e Borghi (2015), apresentam a trajetória da disciplina de Política Educacional. Tudo começou, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto nº 19.851 de 1931, nesse documento exigiam-se a todas as universidades a composição de três institutos: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Em 1939 por meio do Decreto-Lei nº 1.190, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil ganha uma organização, com isso, as “Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras passaram a adotar na estruturação dos cursos de licenciatura e Pedagogia o chamado esquema 3 + 1.” (COSTA, MURANAKA E BORGHI, 2015, p. 3).

Nesse modelo, ao término de três anos de estudo das disciplinas específicas, o egresso recebia o título de bacharel, e dos licenciandos exigia-se mais um ano do curso de Didática, composto de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação e **Administração Escolar**. (COSTA, MURANAKA E BORGHI, 2015, p. 3).

É a partir daí que a disciplina ganha sua primeira denominação: Administração Escolar. Essa denominação foi usada até 1962, quando foi substituída por “Estrutura e Funcionamento do Ensino, por meio do Parecer CFE 672/69, que fixou o conteúdo e a duração das licenciaturas, e do Parecer CFE 252/69, que disciplinou o curso de Pedagogia” (COSTA, MURANAKA E BORGHI, 2015, p. 4).

A Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, com isso, as universidades tiveram que reestruturar seus cursos e assim, criar uma nova denominação para a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino, desse modo, a disciplina passou a ser denominada de “Política Educacional (PE), Política Educacional Brasileira (PEB) ou Política e Organização da Educação Básica Brasileira (POEB)”.

Segundo Costa, Muranaka e Borghi (2015), nos dias atuais a disciplina de Política Educacional, ocupa um espaço obrigatório nos cursos de licenciatura, trabalhando com questões econômicas, políticas, históricas e sociais da educação, e tem como finalidade politizar os alunos. Esta formação sugere que o aluno obtenha uma visão contextualizada da realidade, e compreenda as relações entre a escola e a sociedade.

De acordo com Stremel (2012) apud Stremel e Mainardes (2015), o campo acadêmico da política educacional, surgiu no Brasil ao final da década de 1960, a partir de publicações de estudos sobre política educacional, traduzidos e apresentados por autores brasileiros.

Durante esses anos foram criadas associações como, por exemplo: a Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE em 1961, o GT Estado e Política Educacional por meio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, em 1987, assim como, a criação de disciplinas de política educacional nos cursos de graduação e pós graduação, entre várias outras categorias como revistas, pesquisas, eventos, etc. O que se pode afirmar é que a disciplina de política educacional ainda é um campo em construção.

Segundo Flach e Masson (2014), no Brasil, o ensino de Política Educacional na formação de professores, ocorreu durante o período tecnicista por meio do Parecer nº 252/69 que fixou a duração do currículo mínimo do curso de pedagogia, em que a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino esteve presente nos currículos dos cursos de formação de pedagogos, mais tarde, também nos currículos das Licenciaturas.

A partir dos anos de 1990, com o neoliberalismo o campo da política educacional começa a se desenvolver de forma distinta com vários interlocutores, em que se defendiam as ações neoliberais fortalecendo o capitalismo versus as propostas de transformações sociais em prol da classe trabalhadora.

Atualmente podemos perceber que a disciplina de política educacional possui várias nomenclaturas, no entanto, os conteúdos a serem trabalhados são similares. Na análise realizada pelos autores Stremel e Mainardes (2015), que pesquisaram 128 disciplinas de 70 universidades públicas, há 97 designações para a disciplina de política educacional, porém, os termos mais usados são: Política Educacional, Políticas Educacionais e Política e gestão da educação. Eles também concluíram que na maioria dos cursos de pedagogia, a disciplina é ofertada nos dois primeiros anos com carga horária de 60 horas na maioria dos currículos.

Ainda segundo esses autores:

Os tópicos mais presentes nas ementas são os seguintes:

- a) Aspectos relacionados à organização da educação brasileira (sistema educacional brasileiro, níveis, modalidades);
- b) Aspectos da legislação educacional (Constituições Federais, leis nacionais referentes à educação, LDB, PNE, Resoluções, Pareceres);
- c) Reformas educacionais;
- d) Gestão da educação;
- e) Políticas e Programas da Educação Básica;
- f) Financiamento da educação;
- g) Estado e educação. (STREMEL E MAINARDES, 2015, p. 14)

A conclusão dos autores é de que esse campo da Política Educacional é muito amplo e se sugere mais investigações, pois as mesmas facilitarão a compreensão da disciplina e poderá oferecer melhorias para a mesma.

Costa, Muranaka e Borghi (2015), concluem em sua pesquisa que a disciplina de Política Educacional Brasileira (PEB), auxilia o aluno a compreender como são organizadas as políticas públicas para a educação, e que a mesma deve ser proposta segundo os parâmetros científicos relacionados com a realidade e direcionados à população, e não ser realizadas tendo em vista interesses privados de pequenos grupos.

Cristofoli (2015) atribui grande importância da disciplina de Política Educacional na formação de professores, segundo a autora, a disciplina possibilita o contato do aluno com a realidade escolar, e a compreensão da ação do Estado com suas responsabilidades e a legislação.

Um dos resultados obtidos por meio da pesquisa da autora revela que, o conteúdo de maior dificuldade encontrado pelos alunos é o financiamento da educação brasileira, por ser um

conteúdo extenso e cansativo, portanto, propõe-se metodologias diferentes para facilitar a compreensão dos alunos.

Flach e Masson (2014) também abordaram em sua pesquisa a disciplina de Política Educacional e como ela ocorre em uma determinada universidade paranaense. As autoras chegaram à conclusão de que a disciplina possui seus conteúdos fragmentados e os professores que a ministram por vezes, não apresentam uma ligação direta com a área de Política Educacional e muitas vezes são desligados da universidade devido ao fim de contratos de trabalho.

### **A organização da disciplina de Política Educacional**

Stremel e Mainardes (2015) constataram que de 89 universidades que ofertam o curso de Pedagogia no Brasil, 50 apresentavam as grades curriculares e ementas em seus sites, e 20 universidades apresentavam apenas a estrutura curricular.

Levamos isso em consideração na seleção das universidades a serem pesquisadas e selecionamos 3 que apresentavam em seus sites a grade curricular do curso de Pedagogia e as ementas e programas da disciplina de Política Educacional, além da informação com os nomes e e-mails dos professores dessa disciplina. No entanto, o estado do Paraná possui no total 7 universidades estaduais<sup>6</sup> e 3 universidades federais<sup>7</sup>.

Os dados levantados pela pesquisa revelaram a organização da disciplina de Política Educacional no curso de Pedagogia de três Universidades Estaduais do Paraná, destacando a nomenclatura, carga horária e ano de oferta. (Quadro 1)

Quadro 1 - A organização da disciplina de Política Educacional

	<b>Nomenclatura da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Ano de oferta</b>
<b>Instituição A</b>	Política e Organização da Educação Brasileira	102 horas/aulas	2º Ano
<b>Instituição B</b>	Política Educacional Brasileira I* e II**	*136 horas/aulas **68 horas/aulas	*3º Ano **4º Ano

<sup>6</sup> Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

<sup>7</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal da Integração Latino – Americana (UNILA); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

<b>Instituição C</b>	Política Educacional – Ensino Fundamental	102 horas/aulas	1º Ano
----------------------	---	-----------------	--------

Fonte: Dados organizados pelas autoras com base nos sites das universidades.

Observação: Na instituição B há duas nomenclaturas da disciplina de Política Educacional: Política Educacional Brasileira I, representada por (\*) e Política Educacional Brasileira II, representada por (\*\*).

Observamos a nomenclatura das disciplinas, os termos mais usados são: política e educação. No entanto, Stremel e Mainardes (2015) concluíram em sua pesquisa que há 97 designações para a disciplina de Política Educacional, resultando assim, em uma dispersão do campo. Em relação à carga horária, Instituição A e Instituição C possuem a mesma quantidade 102 horas/aulas, sendo que a Instituição B possui duas disciplinas envolvendo a política educacional no curso de Pedagogia, com 136 horas/aulas no 3º ano do curso e 68 horas/aulas no 4º ano. A oferta da disciplina de Política Educacional na Instituição A ocorre no 2º ano do curso de Pedagogia e 1º ano na Instituição C.

Outro dado analisado na presente pesquisa foram as ementas das disciplinas dos três IES do Paraná (Quadro 2).

Quadro 2 – Ementas da disciplina de Política Educacional

	<b>Ementas</b>
<b>Instituição A</b>	Estudo do sistema educacional brasileiro, de seus aspectos organizacionais, de suas políticas e das variáveis intervenientes na gestão da Educação Básica. Análise teórico-prática da legislação vigente, aplicada à organização dos Sistemas e das Instituições Escolares em seus aspectos políticos, administrativos, pedagógicos e financeiros.
<b>Instituição B</b>	*Identificação dos nexos entre o modo de produção capitalista, o Estado e a instituição das leis e reformas educacionais da Educação Escolar no Brasil a partir do Império, e os desdobramentos político-pedagógicos. **Exame da formulação da política educacional brasileira contemporânea – legislação, projetos e programas – como resultado das disputas entre os projetos educacionais dos diferentes grupos sociais.
<b>Instituição C</b>	Investigação da organização e do funcionamento escolar. Análise da educação básica no contexto da sociedade brasileira. Estudo dos fundamentos teóricos que norteiam a estrutura do sistema educacional brasileiro. Pressupostos e metas das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As políticas e a legislação na Educação Básica no País, Estado e no Município.

Fonte: Dados organizados pelas autoras com base nos sites das universidades.

Observação: \*Política Educacional Brasileira I. \*\*Política Educacional Brasileira II



Em relação às ementas da disciplina, os itens mais comuns encontrados foram: Estudo do sistema educacional brasileiro, conceito de Estado e aplicação das leis da educação no sistema de ensino. Como afirmam Stremel e Mainardes (2015), não há termos identificados nas ementas em relação a aspectos metodológicos em pesquisa no campo da política, isso se deve pela curta carga horária da disciplina.

Flach e Masson (2014) afirmam que as ementas da disciplina de política educacional são definidas tendo como base o envolvimento e vínculo do professor com a Universidade, quanto mais o professor estiver vinculado com o campo da Política Educacional mais crítica será sua aula.

Sabemos que as ementas das disciplinas são organizadas conforme os projetos pedagógicos de cada curso, mas, o professor possui autonomia para selecionar o que trabalhar em sala de aula, isso vai depender da formação de cada um.

Após a análise da organização da disciplina de Política Educacional realizamos um levantamento de dados com os professores que ministram essa disciplina nas instituições pesquisadas, por meio de um questionário com seis perguntas abertas, via online. Para identificarmos esses professores levantamos informações nos sites das instituições.

No quadro 3 apresentamos as seis perguntas presentes no questionário direcionadas aos professores:

Quadro 3 – Questionário sobre a disciplina de Política Educacional

Nº	Perguntas
1	Há quanto tempo é professor (a) da disciplina de Política Educacional?
2	Em relação ao ano/série em que a disciplina é ofertada, quais são os desafios dessa organização curricular?
3	Em sua opinião, os conteúdos da disciplina são de difícil entendimento? Explique.
4	Qual sua maior dificuldade em ministrar a disciplina?
5	Se fosse possível alterar o programa da disciplina o que você alteraria?
6	Qual a importância que você atribui a essa disciplina no curso de Pedagogia?

Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Em relação à pergunta nº 1, os professores responderam o seguinte: (Quadro 4)

Nº	Perguntas	Respostas		
		Professor 1	Professor 2	Professor 3
1	Há quanto tempo é professor (a) da disciplina de Política Educacional?	5 anos no curso de Pedagogia e mais de 10 anos em outros cursos de licenciatura.	10 anos	5 anos

Na segunda pergunta sobre os desafios encontrados na organização curricular da disciplina, o professor 1 aponta os seguintes desafios:

*Por ser uma disciplina que necessita de outros conhecimentos (tais como história da educação brasileira, sociologia e filosofia), penso que a maior dificuldade é a falta de conhecimento dos alunos sobre os conteúdos dessas disciplinas, pois para compreender a Política Educacional é necessário o domínio mínimo de outros conhecimentos (essas disciplinas são ofertadas também no 2º ano do curso) [...] Ainda, para tratar de todos os conteúdos previstos a carga horária é insuficiente, não ocorrendo o aprofundamento necessário para análises profundas a respeito dos conteúdos previstos.*

Costa, Muranaka e Borghi (2015) asseguram que a organização da disciplina de Política Educacional está desarticulada com as demais disciplinas, sendo isso, um entrave para a compreensão dos conteúdos ministrados.

A disciplina de Política Educacional é uma disciplina interdisciplinar, portanto, necessita de fundamentos para ser compreendida.

O professor 2 afirma que a organização curricular da disciplina contribui para um melhor aprofundamento dos conteúdos e responde:

*Aqui a disciplina é subdividida em duas fases, a primeira com carga horária de 136 h/a contempla a fase do império até a abertura democrática, oferecida no terceiro ano do curso, momento em que o aluno já apresenta uma maturidade de leitura e interpretação, portanto, julgo pertinente. Quanto à segunda parte, oferecida no quarto e último ano do curso com carga horária de 68 h/a, engloba o período a partir dos anos 1990. Nesse caso, o conjunto de leituras acumulado pelos alunos no quarto ano, colabora com o desenvolvimento da disciplina.*

O professor 3 pontuou alguns aspectos em relação à estrutura curricular da disciplina de Política Educacional em sua instituição. Em relação aos aspectos positivos o professor respondeu: “o acadêmico tem a possibilidade de conhecer as políticas educacionais de modo geral, além de conceitos importantes para a compreensão do processo educativo”. Em

contrapartida, há “*dificuldade na leitura dos textos, além de ausência de conhecimentos básicos sobre a história e política do nosso país.*”.

Percebemos que para os professores 1 e 3 em que a disciplina é ofertada respectivamente no 2º e 1º ano, há a necessidade de se alterar essa estrutura curricular. Stremel e Mainardes (2015) revelam que de 128 disciplinas de política educacional, 38 são ofertadas no 1º ano e 50 no 2º ano do curso de Pedagogia.

Em relação à resposta da terceira pergunta os três professores concordaram que os conteúdos necessitam de maior atenção dos alunos, pois tratam de assuntos complexos e que só podem ser compreendidos com a ajuda de outras disciplinas do curso, principalmente a disciplina de História.

Na quarta pergunta o professor 1 e o professor 3 responderam o mesmo, segundo eles muito conteúdo para pouco tempo, impedindo assim, um maior aprofundamento nos temas a serem discutidos e compreendidos. Para o professor 2 é a “*constante transformação*” do objeto de estudo que torna o ensino mais complexo, portanto, necessita de um “*constante acompanhamento*”.

Na análise de Stremel e Mainardes (2015), o uso apenas de livros na disciplina de política educacional pode comprometer a aplicabilidade dos conteúdos, pois os mesmos envolvem várias temáticas e tratam de aspectos legais sendo dinâmicos e que requerem certas atualizações.

Os professores responderam de forma semelhante a quinta pergunta, eles aumentariam a carga horária da disciplina, dividindo – a em duas etapas, ou seja, dois anos consecutivos, para que fossem trabalhados todos os conteúdos e que os mesmos fossem totalmente compreendidos pelos alunos. Na tabela 1 apresentamos a carga horária e etapa em que a disciplina de Política Educacional é ofertada nas sete universidades estaduais do Paraná a título de comparação.

Tabela 1: Programa da disciplina de Política Educacional no curso de Pedagogia: Universidades estaduais do Paraná.

<b>Instituição</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Etapa</b>
Instituição A	102h/a	2º Ano
Instituição B	*136 h/a **68 h/a	*3º Ano **4º Ano
Instituição C	102 h/a	1º Ano
Instituição D	60 h/a	1º Ano
Instituição E	60 h/a	1º Ano
Instituição F	*68h/a **34h/a ***34h/a ****68h/a	*1º Ano; **2º Ano; ***3º Ano; ****4º Ano
Instituição G	*60 h/a; **60 h/a	*1º Ano; **3º Ano

Fonte: Dados organizados pelas autoras com base nos sites das universidades.

Observação: Na instituição B há duas nomenclaturas da disciplina de Política Educacional: Política Educacional Brasileira I, representada por (\*) e Política Educacional Brasileira II, representada por (\*\*). Na instituição F há quatro nomenclaturas relacionadas com a disciplina de Política Educacional: Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo nos processos escolares e não escolares, representada por (\*); Políticas, Gestão e Diversidade, representada por (\*\*); Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira, representada por (\*\*\*); Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural, representada por (\*\*\*\*). Na instituição G há duas nomenclaturas relacionadas com a disciplina de Política Educacional: Políticas Públicas em Educação, representada por (\*) e Políticas, Educação e Diversidade, representada por (\*\*).

Das 7 universidades estaduais do Paraná, 6 ofertam a disciplina de Política Educacional no 1º ou 2º ano do curso. Resultado semelhante à pesquisa de Stremel e Mainardes (2015) em que a disciplina é ofertada nos dois primeiros anos do curso de Pedagogia e Cristofoli (2015) sendo ofertada a disciplina no 2º e 3º semestre do curso.

Por fim, a sexta e última pergunta estava relacionada à importância que os professores atribuíam à disciplina de política educacional no curso de Pedagogia. As respostas foram semelhantes, ao afirmarem que essa disciplina possibilita aos futuros professores a compreensão do sistema educacional e lhes prepara para o futuro campo de trabalho.

Flach e Masson (2014) afirmam que a disciplina de Política Educacional como eixo é inquestionável, pois oferece ao futuro professor estudos e reflexões que serão vistos em seu campo de trabalho.

### **Considerações Finais**

Por meio dessa pesquisa concluímos que o campo da política educacional é recente e que necessita cada vez mais de estudos aprofundados sobre o tema. Além disso, percebemos a importância da disciplina de Política Educacional, destacando sua função em preparar o futuro professor para atuar na educação e compreender a legislação e os desafios presentes na área educacional.

Em relação aos dados levantados, descobrimos como a disciplina é apresentada em outras instituições de ensino superior, por meio dessas trocas de informações mostramos que os conteúdos a serem trabalhados e a organização curricular são semelhantes, assim como, a resposta dos professores, que veem como melhor, a divisão da disciplina em duas etapas, afim, de conseguirem ministrar todo o conteúdo previsto.

Sugerimos que novas pesquisas em relação à disciplina de Política Educacional sejam realizadas, esta, por exemplo, teve o foco nas informações dos professores, mas, podem ser realizadas novas pesquisas ouvindo os alunos acadêmicos que cursam essa disciplina.

Com essa pesquisa não buscamos responder toda essa temática, pois o estudo pode ser aprofundado mais tarde. Ao analisarmos as universidades não generalizamos o resultado, pois existem muitas universidades no Brasil, no entanto, realizamos a pesquisa à luz de apenas três, por esse motivo o objeto não pôde ser apresentado totalmente, devido ao pouco tempo de pesquisa.

No entanto, identificamos que a disciplina de política educacional tem suma importância na formação de professores e que por esse motivo e outros necessita de mais atenção, nos projetos pedagógicos do curso para que seja transmitida da melhor maneira possível aos alunos.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Parecer CFE nº 252, de 11 de abril de 1969.** Fixa a duração do currículo mínimo do curso de Pedagogia.

COSTA, Aurea de Carvalho; MURANAKA, Maria Aparecida Segatto; BORGHI, Raquel Fontes. A contribuição da disciplina PEB à formação de professores do ensino básico: estudo do caso das licenciaturas em uma Universidade Estadual. In: Encontro Latino-americano de professores de política educativa, 1., Seminário Internacional de questões de pesquisa em educação 2., 2015, Guarulhos, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Guarulhos, São Paulo: UNIFESP, 2015. Comunicação. Disponível em: <<http://www.relepe.org/images/encuentroprofesores/1052.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. O estudo da política educacional como componente curricular dos cursos de formação de professores nas universidades públicas. **Políticas Educativas.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/56541/34800>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

FLACH, Simone de Fátima; MASSON, Gisele. A disciplina de política educacional em cursos de formação de professores. **Revista pedagógica.** Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2850>>. Acesso em: 10 Mai. 2017.

JÚNIOR, Marcílio Souza; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Revista Educação e Pesquisa.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a05v31n3.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política educacional.** Dicionário - Verbetes. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente – Gestrado – UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=420>>. Acesso em: 26 out. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci. **Revista HISTEDBR On-line**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art01\\_25.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art01_25.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2016.

STREMEL, Silvana; MAINARDES, Jefferson. Reflexões iniciais sobre a disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil. In: Encontro Latino-americano de professores de política educativa, 1., Seminário Internacional de questões de pesquisa em educação, 2., 2015, Guarulhos, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Guarulhos, São Paulo: UNIFESP, 2015. Comunicação. Disponível em: <<http://www.relepe.org/images/encuentroprofesores/1149.pdf>>. Acesso em: 06 dez 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Catálogos cursos**. Disponível em: <[http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo\\_2016/ementas/pedagogia\\_noturno.pdf](http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2016/ementas/pedagogia_noturno.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Pedagogia**. Disponível em: <[http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo\\_2016/organizacao\\_curricular/pedagogia\\_noturno.pdf](http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo_2016/organizacao_curricular/pedagogia_noturno.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Curso Pedagogia**. Disponível em: <<http://sites.uem.br/pen/deg/apoio-aos-colegiados-aco/documentos/cursos-1/cursos/pedagogia-matutino-noturno>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/catalogo/cursos/2016/pedagogo.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE/Campus Irati. **Currículo Pleno**. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/proen/files/2016/12/Pedagogia-I.pdf?x34126>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE/Campus Irati. **Plano de ensino**. Disponível em: <[http://sguweb.unicentro.br/pdplanoensinos/visualizar/4e2a8866-014f-f013-fcb3-e9393e716197/id2:0918%7CI/url\\_return:%7Cpdplanoensinos%7Cpesquisa%7C%7C%7CPd disciplina1.cds\\_disciplina:Pol%C3%ADtica](http://sguweb.unicentro.br/pdplanoensinos/visualizar/4e2a8866-014f-f013-fcb3-e9393e716197/id2:0918%7CI/url_return:%7Cpdplanoensinos%7Cpesquisa%7C%7C%7CPd disciplina1.cds_disciplina:Pol%C3%ADtica)>. Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **Currículo**. Disponível em: <<http://www.uenp.edu.br/>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Cursos graduação**. Disponível em:

<<http://www5.unioeste.br/portalunioeste/cascavel/graduacao?campi=0&curso=CSC0047>>.

Acesso em: 13 mai. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ/ Campus Apucarana. **Matriz curricular do curso de Pedagogia**. Disponível em:

<<http://www.fecea.br/userfiles/MATRIZ%20CURRICULAR%20DO%20CURO%20DE%20PEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.